



## RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA GOCIL

**SINDICATOS DE LUTA DEVEM COMBATER AS ILEGALIDADES E TENTATIVAS DE RETIRADA DE DIREITOS. TODOS LIGADOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO**



Na última quinta-feira, 14, acompanhamos a Direção do Sindvigilantes do Sul numa reunião com representantes da Gocil Vigilância na sede do Sindicato em Porto Alegre. Tivemos a oportunidade de reafirmar a nossa descrença na seriedade e boa-fé no pedido de Recuperação Judicial – RP formulado pelo Grupo à justiça de São Paulo e registrar que a empresa estava descumprindo suas obrigações e compromissos.

Deixamos claro: “Os fundamentos do pedido de RP são, por si só, reprováveis: retirada

de recursos das empresas de vigilância e serviço para financiar compra de fazendas e plantações de soja, arroz e milho no Brasil e no Paraguai, com oferecimento das faturas dos serviços de vigilância e limpeza como garantia dos empréstimos milionários tomados juntos aos bancos, a exemplo do empréstimo mais recente de 500 milhões tomado junto ao Banco do Nordeste do Brasil -BNB. E se o grupo não paga as prestações mensais dos empréstimos, a consequência natural é o bloqueio das faturas ou dos créditos decorrentes. E o dono da empresa chega ao absurdo de alegar na petição ao juiz que não possui patrimônio para garantir os direitos dos trabalhadores”

Depois disso, querer, justificar o atraso de salários, de rescisão e outros direitos dos trabalhadores porque houve bloqueios e faltou dinheiro ou mesmo propor no Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado a justiça até a próxima semana deságio ou redução de 40% dos créditos ou direitos dos trabalhadores é inaceitável.

Na reunião de Porto Alegre os representantes

da empresa chegaram com uma proposta ou pedido para que o “Sindicato entrasse na justiça junto com a empresa pedindo o desbloqueio de 30 milhões retidos nos bancos”, como condição para pagamento de salários e rescisões em aberto. Procedimento, segundo eles, já pactuado com alguns sindicatos.

As lideranças sindicais reagiram e cobraram seriedade da empresa. Cobraram:

- A antecipação do pagamento da 2ª parcela do 13º. Para evitar o “choque do calote as vésperas da data natalina”;
- Cancelamento de cerca de 50 avisos prévios com data antecipada ou forjada;
- Autorização para o contratante efetuar pagamentos diretos aos trabalhadores, inclusive de salários, rescisão, etc., em substituição à proposta de ação conjunta na justiça para desbloqueios de créditos.

Outra reunião ficou agendada para esta segunda-feira, 18, quando a empresa voltará com respostas as demandas das entidades sindicais.

**PLANO DE RECUPERAÇÃO** – Quando o juízo de falências e recuperação judicial de São Paulo aceitou o pedido da empresa, fixou um prazo para a apresentação de um Plano de Recuperação Judicial – PRJ, quando a empresa propõe a forma de reequilibrar sua situação. Este PRJ tem de ser submetido a uma assembleia de credores, incluindo, entre estes, os trabalhadores. Aí é que mora a preocupação. Prepostos da empresa, em conversa com lideranças sindicais, já deixaram escapar que o Plano vai incluir uma proposta de redução ou deságio de cerca de 40% nos créditos trabalhistas. Isto significa que, caso um Vigilante dispensado tenha 10 mil reais para receber na rescisão, ele vai abrir mão de 4 mil para a empresa, para ajudar na recuperação da

empresa.

Isto foi apresentado em outras recuperações de empresas de segurança, a exemplo da Coral (GO) e Sena (PE), empresas aliás que nunca mais se recuperaram. É uma injustiça e desonestidade, uma vez que a empresa já se apropriou ou embolsou todas as verbas devidas ao trabalhador para uma rescisão e se deixa de pagar algum valor a este trabalhador, o recurso ficará livre no bolso do patrão.

Por isto repelimos, de pronto, qualquer proposta de deságio de verba trabalhista.

Assim, o momento é de:

- Não aceitar atraso de salários, rescisão, 13º e outros direitos;
  - Repelir qualquer ilegalidade e denunciar ao Sindicato e MPT, pelo menos, a exemplo de avisos prévios com datas retroativas encaminhados pela Gocil aos cerca de 50 Vigilantes Gauchos;
  - Cobrar da empresa e dos contratantes os pagamentos diretos (feito pelos contratantes);
  - Organizar-se e unir-se com os Sindicatos de luta para participar da Assembleia de Credores e repelir qualquer proposta de deságio ou de prejuízo para os trabalhadores;
- (Sindicato de luta é aquele com informação e orientação honesta para o trabalhador. É aquele que afirma: “Vigilante vem pro Sindicato, vem pra luta, recuperação judicial no setor de serviço/terceirizado é fraude, é malandragem”. Não somos sindicatos “amigo de Washington”, nem porta-voz da empresa. Tampouco Sindicato que diz: “vigilante, fique em casa, aguarde, vai dá tudo certo. A empresa vai se recuperar”.)

**José Boaventura**

**Presidente da CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes.**

**18 Dez/23**

# SINDICATO EXIGE DA GOCIL RETIFICAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS AVISOS PRÉVIOS COM DATA RETROATIVA



## **Presidente Dias, José Boaventura, diretora Elisa Araújo, Eleandro Marques, e o assessor jurídico Maurício Vieira da Silva, participaram da reunião**

Numa reunião na manhã desta quinta-feira (14) no Sindivigilantes do Sul, a direção do sindicato exigiu de representantes da Gocil Segurança e Serviços que a empresa retifique, corrija, todos os avisos prévios dos trabalhadores demitidos com data retroativa, e também anule todas as rescisões de contrato por acordo mútuo.

Participaram pelo sindicato o presidente Loreni Dias, a diretora Elisa Araújo, o apoio e funcionário da empresa Eleandro Marques, e o assessor jurídico Maurício Vieira da Silva.

Estava presente também o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura Santos, que veio a Porto Alegre participar do lançamento do “Pacto pelas boas práticas trabalhistas na terceirização”, na Assembleia Legislativa, à tarde.

Boaventura disse que está acompanhando a situação da empresa em todo o país e criticou o fato da Gocil ter desviado recursos da prestação



## **Presidente da CNTV, José Boaventura, com o presidente Dias**

de serviços para outras áreas de seus negócios, além de apresentar as faturas da segurança privada como garantia de suas dívidas junto aos bancos, inclusive.

“É uma lógica da terceirização tirar recursos da empresa para alocar em outros setores e assim a empresa fica sem oxigênio, mas os trabalhadores não podem em hipótese alguma pagar por isso”, afirmou.

A Gocil atua também no setor imobiliário e no agronegócio, onde surgiram os problema



que levaram a um pedido de recuperação judicial, em setembro.

Pela empresa, participaram da reunião o gerente regional no Rio Grande do Sul, Vagner Okwieka, o coordenador regional, Luis Carlos de Souza, e via online, de São Paulo, o diretor de relações sindicais, Carlos Reis.

### **Contas bloqueadas pelos bancos**

Eles foram fortemente cobrados quanto ao atraso dos salários que aconteceu este mês, pois haviam prometido em outra reunião, dia 19 de outubro, que não haveria atrasos. Alegaram que houve um bloqueio das contas da empresa movido por bancos credores e precisaram buscar outras formas de realizar os pagamentos.



### **Sindicato protestou contra o atraso dos salários, dia 11**

Além de descumprir o compromisso de pagar dos trabalhadores em dia, o sindicato recebeu a denúncia de que a empresa emitiu o aviso prévio de vários vigilantes com data retroativa a novembro.

“Isso terá que ser corrigido imediatamente”, afirmou o presidente Dias. “Isso é uma fraude, é ilegal, e nós não vamos aceitar”, disse o assessor jurídico do sindicato.

Da mesma forma, descumprindo suas promessas, a Gocil encaminhou rescisões de contrato por acordo mútuo, nas quais os trabalhadores não podem retirar todo o valor do FGTS, perdem a metade do aviso prévio, a metade da multa do FGTS e ficam sem o seguro-desemprego.

Neste sentido, os representantes da empresa foram comunicados que o sindicato EXIGE a retificação desses documentos, que sejam todos refeitos com a data correta e sem nenhum acordo mútuo, devem ser anulados e refeitos também.

Conforme ficou combinado, a empresa deverá fornecer até amanhã (sexta-feira) a lista de todos os trabalhadores demitidos

recentemente, inclusive todos os que tiveram a rescisão com data retroativa e por acordo mútuo. Seriam cerca de 50, no total, segundo o diretor regional.

O advogado do sindicato recomenda que ao assinarem qualquer documento os trabalhadores anotem a data correta ao lado da sua assinatura, a fim de evitarem novas fraudes como essa. E que ninguém assine rescisão por acordo mútuo.

Ele orienta ainda que todos os demitidos (as) procurem a assessoria jurídica no sindicato, nos plantões de segunda, terça e quarta-feira, das 10h às 14h, para o encaminhamento de ações individuais.

### **Proposta de pagamento direto**

Para contornar o risco de novos bloqueios do dinheiro do pagamento dos vigilantes, o sindicato sugeriu aos diretores da Gocil que seja encaminhada, conjuntamente, uma proposta de acordo de cooperação mútua a todos os seus postos de serviços, com o objetivo de viabilizar o pagamento direto dos salários.

Desta forma, a empresa repassa a folha de pagamentos aos contratantes e estes depositam o dinheiro nas contas dos trabalhadores, como aconteceu no caso no Hospital de Clínicas, no final do ano passado, que se encarregou de pagar diretamente os vencimentos dos vigilantes da Seltec.

Os diretores da Gocil ficaram de analisar essa possibilidade com a direção da empresa e darem uma resposta segunda-feira, numa reunião online com o assessor jurídico do sindicato

### **Antecipação do décimo-terceiro**

Por fim, há uma grande preocupação entre os trabalhadores quanto ao pagamento da segunda parcela do décimo-terceiro. Neste sentido, foi sugerido que a empresa ANTECIPE esse pagamento, para não correr o risco desse dinheiro também ser bloqueado nos bancos nos próximos dias.

O sindicato vai aguardar as respostas da empresa, mas já foi antecipado que se não forem realizadas as correções exigidas o Sindivigilantes vai, imediatamente, ingressar com ação na recuperação judicial para garantir os créditos dos trabalhadores, bem como encaminhar denúncia dessas irregularidades a todos os tomadores de serviços da empresa e ao Ministério Público do Trabalho, entre outras medidas

# MINISTRO LUIZ MARINHO ASSINA EM PORTO ALEGRE PACTO DE BOAS PRÁTICAS DA TERCEIRIZAÇÃO



**Solenidade reuniu grande número de entidades públicas e privadas**

Após quase três meses de discussões, por iniciativa da Superintendência Regional do Trabalho (SRT/RS), o acordo chamado “Pacto pelas Boas Práticas Trabalhistas e de Enfrentamento à Concorrência Desleal no Ambiente do Trabalho Terceirizado no Rio Grande do Sul” foi assinado, na tarde desta quinta-feira (14), pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e representantes das empresas e dos trabalhadores terceirizados.

Na solenidade no Plenarinho da Assembleia Legislativa, firmaram o documento também, como apoiadores e observadores, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Ministério Público do Trabalho, Associação Brasileira de Municípios, Instituto Trabalho e Transformação Social (ITTS), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), e diversas outras instituições públicas e privadas.



**Ministro Luiz Marinho, presidente Loreni Dias, presidente José Boaventura e o superintendente regional Claudir Nespole**

É uma ação inédita no país, atendendo a apelos tanto das empresas como dos trabalhadores por uma regulação mais rigorosa do setor, que assegure os direitos trabalhistas e viabilize a transparência e segurança jurídica nas concorrências da prestação de serviços terceirizados.

## Onda de irregularidades

As profundas mudanças na legislação nessa área, como a terceirização irrestrita, provocaram uma onda de irregularidades trabalhistas e a quebra de empresas devido, em boa parte, à concorrência predatória de empresas de fundo de quintal que cometem toda sorte de irregularidades: descumprem normas trabalhistas, não pagam impostos, não cumprem os contratos e costumam fechar as portas deixando os funcionários sem receber nada dos seus direitos.

“Este é um documento com força política na sociedade, é uma construção com capacidade de alterar a atual situação do ambiente de trabalho terceirizado”, afirmou o superintendente Regional do Trabalho, Claudir Nespolo, que coordenou a elaboração do pacto.

Segundo ele, o evento não foi o encerramento, mas a abertura de uma nova etapa desse trabalho, que terá uma Câmara Setorial com reuniões mensais.

O ministro, por sua vez, afirmou esperar que as repercussões do pacto lançado no Rio Grande do Sul cheguem às mesas dos ministros e ministras do STF em Brasília.

“Infelizmente, neste momento, o Supremo Tribunal Federal está respaldando toda e qualquer terceirização sem absolutamente nenhum limite, e aqui nós temos os dois lados da mesa, trabalhadores e empregadores reclamando das regras da terceirização que levam à degradação (das condições de trabalho) e à concorrência desleal”, afirmou.

Ao se manifestar, o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, agradeceu ao superintendente Claudir Nespolo pela implementação do pacto, ressaltando que os vigilantes estão entre as categorias mais atingidas pelos desmandos no setor, especialmente a falta de pagamento das rescisões quando alguma empresa fecha as portas.



Presidente Dias assina o documento, ao lado o presidente do Sindesp, Sílvio Pereira

Dias também mostrou esperança de que o acordo, costurado com muita paciência pelas partes envolvidas, traga mais garantias dos direitos dos trabalhadores.

“Quero mais uma vez agradecer ao Claudir por essa iniciativa e dizer que vamos dar continuidade a esse pacto, porque tenho certeza que é uma proposta em condições de ser implementada a nível nacional”, afirmou.

### **CNTV vai levar o pacto para todo o país**

Neste sentido, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura Santos, que veio a Porto Alegre especialmente para o lançamento do pacto, adiantou que vai orientar os sindicatos filiados da entidade para que promovam essa proposta nos seus estados, provocando para isso cada Superintendência Regional do Trabalho.

“Esse pacto de boas práticas na terceirização é essencial para os vigilantes e para os trabalhadores terceirizados, porque a terceirização no Brasil é sinônimo de escravidão, sinônimo de agressão à dignidade e aos direitos dos trabalhadores”, disse Boaventura.

Boaventura destacou que “essa proposta foi negociada com os patrões inclusive, e isso reflete um o perfil do governo Lula, de chamar à mesa todos os lados para pactuar, não impor e nem fugir da discussão, e essa iniciativa com certeza vai ser replicada pela nossa confederação para todos os nossos sindicatos, todas as superintendências de trabalho para que tornemos isso um movimento nacional”.

“A terceirização com escravidão e agressão à dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras têm de acabar”, completou.





Sindivigilantes marcou presença no evento

### **Propostas do acordo**

O acordo aponta como primeira proposta uma mudança na legislação (Lei 14.133/2021) que torne obrigatória a adoção pela administração pública de medidas garantidoras das verbas trabalhistas dos trabalhadores terceirizados.

Outra medida sugerida, a fim de coibir a concorrência desleal nas licitações públicas, é a revisão do critério de contratação pelo menor preço, bem como a criação de critérios de composição de preços que identifiquem propostas inviáveis e garantam sua rejeição.

A terceira proposta é a adoção na administração pública, em todas as suas esferas, de normas regulamentares que tornem mais eficazes a gestão e a fiscalização de contratos de terceirização.

Isso deve se concretizar, diz o pacto, “por meio de regras e diretrizes objetivas que evitem a ocorrência de fraudes e irregularidades, acompanhadas de critérios que elevem a responsabilidade dos gestores de contratos”.

### **Veja quem firmou o pacto:**

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

FEEAC/ RS – Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e em Geral, Ambiental, Áreas Verdes, Zeladoria e Serviços Terceirizados

SINDASSEIO – Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação – RS

SINTTEL – Sindicato dos Trabalhadores Em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas – RS

SINSTAL – Sindicato Nacional das Empresas Prest. de Serv. e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações

FENINFRA – Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática

SENERGISUL – Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou Afins, de Energia Elétrica – RS

SINDIVIGILANTES DO SUL – Sindicato Profissional dos Vigilantes, Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância – RS

SINDESP – Sindicato das Empresas de Segurança Privada – RS

SINTRATEL – Sindicato dos Empregados em Empresas de Telemarketing e Radio Chamada – RS

FETRACS-RS – Federação dos Trabalhadores no Comercio e Serviços – RS

FEVIG-RS – Federação dos Vigilantes e Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores – RS

### **Como apoiadores:**

Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional do Estado Do Rio Grande do Sul

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul

TRT4 – Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região

MPT4 – Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul – 4º Região

FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande Do Sul

ABM – Associação Brasileira de Municípios

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CTB – Central dos Trabalhadores e das Trabalhadores do Brasil

IGAS – Instituto Gaúcho de Asseio e Serviços

### **Como observadores, subscrevem:**

TCE/RS – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

MPC/RS – Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

ITTS – Instituto Trabalho e Transformação Social

Este post foi publicado em Notícias em 15 de dezembro de 2023.



O evento foi proposto pelo deputado Maria del Carmen (PT), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

## Demissão de vigilantes da Chesf em Paulo Afonso é tema de audiência

A demissão de trabalhadores, o uso da tecnologia, a falta de proteção nas subestações de energia e a ameaça de apagões foram assuntos discutidos, nesta quinta-feira (14), na audiência pública intitulada "Desemprego de funcionários e insegurança de instalações da Chesf". A reunião, realizada nas salas Heurilano Meneses e Luis Cabral, foi uma proposição de deputada Maria del Carmen (PT), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA). "É uma relação de trabalho importante para a sociedade, pois você tem grandes equipamentos que ficam descobertos com as demissões, tendo o risco de provocar apagões nas cidades e transtornos diversos para a população. A denúncia está feita, e um tema que merece a atenção da Casa do Povo e vamos encaminhar as demandas surgidas aqui para quem tem a responsabilidade de acompanhar todo este processo", afirmou a petista.

Depois de pedir um minuto de silêncio em homenagem ao ex-deputado federal Luiz Alberto, que faleceu em Salvador nesta quinta-feira (13), o deputado Robinson Almeida (PT), engenheiro e técnico de formação, destacou conhecer o Parque da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em Paulo Afonso, e considerou que "ali está instalado uma das maiores riquezas do patrimônio energético brasileiro, sendo um

complexo de geração de energia que alimenta a economia e os lares de partes importantes do país, especialmente da Região Nordeste".

O parlamentar criticou o processo de privatização da Eletrobras, que retirou o controle acionário do Governo Federal, e garantiu que as consequências dessa decisão, tomada pelo governo anterior, trouxeram diversos impactos. "No setor de petróleo, o brasileiro paga a gasolina, o diesel e o gás de cozinha mais caros do Brasil, porque a Acetem, comprada pelo grupo Anglo Brabante, mantém uma política internacional de preços baseada no dólar. A Coelba, privatizada há três décadas, é uma mina de ouro para os seus acionistas espanhóis, mas presta o pior serviço à população, tricampeã de queixas no Procon, com apagões e prejuízos para as pessoas", frisou o petista. O legislador também está preocupado com a saída de vigilantes dos seus postos de trabalho, gerando insegurança. "Vamos pegar como exemplo o Metrô de Salvador, que regularmente tem paralisado suas atividades e linhas, por furto dos seus cabos de alimentação. A mesma coisa está desenhada para a Chesf. Sem a proteção dos vigilantes aos equipamentos, uma ação de vandalismo pode deixar apagada toda uma região do Brasil", pontuou o deputado.

Cerca de 120 vigilantes que atuavam na empresa há quase 30 anos vão passar o Natal e o Ano Novo desempregados, de-

nunciou o presidente do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, Paulo César Brito. De acordo com o sindicalista, os trabalhadores estão sendo substituídos por aparelhos eletrônicos, pelo monitoramento eletrônico e por poucas pessoas que realizam tarefas de portaria, sem capacitação profissional para atuar na proteção de usinas, subestações, barragens e outras unidades operacionais. O dirigente do Sindvigilantes-BA alertou ainda sobre a facilitação às ações criminosas que podem resultar em novos apagões e prejuízos para a população. "A Chesf abandonou o compromisso social de gerar empregos. Só na cidade de Paulo Afonso, são 80 trabalhadores, pais e mães de família, que deixaram de receber o seu salário, sem poder fazer mais seu mercado, comprar a roupa de seus filhos, pagar uma consulta médica. Queremos de volta nosso ganha pão, nosso meio de sobrevivência digno e honesto", apelou o sindicalista.

A Chesf designou seu diretor administrativo, Jenner Guimarães, para fazer os esclarecimentos perante a audiência pública. Para o diretor da empresa, "o que está ocorrendo é um processo de modernização tecnológica dentro do setor de segurança", onde recursos estão sendo incorporados, buscando a otimização e uma maior eficiência no monitoramento das áreas. Jenner informou ainda que, nos últimos quatro anos, houve um investimento de 96 milhões em

novas tecnologias, como video-monitoramento, tele-assistência e o uso de sensores e redes magas, para proporcionar mais segurança às instalações das unidades e também às pessoas que gravitam nas áreas controladas pela Companhia. O gestor disse que entende o drama da categoria, mas fez questão de ressaltar que a empresa está fazendo, na verdade, uma adequação aos tempos atuais. "Onde está sendo necessário porteiro está sendo colocado porteiro. Onde é necessária a vigilância está sendo mantida a vigilância. De 2020 para cá tivemos um aumento de 35 por cento nos custos com os vigilantes. Somos sensíveis ao impacto que esta questão causa na categoria, mas a situação é decorrente de um processo de modernização tecnológica que está acontecendo em vários setores da economia e não só na segurança", frisou.

Participaram também da audiência pública a supervisora técnica do Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socioeconômicos da Bahia (Desee-BA), Georgina da Silva Dias; o coordenador das unidades de atendimento ao trabalhador da Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), Pedro Marcelino; o vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-BA), Luciomar Vitor Machado; e o diretor do Sindicato dos Vigilantes de Camaçari e Região Metropolitana de Salvador (Sindmetropolitano), Janailton de Jesus.



# STF libera para julgamento recurso sobre ‘revisão da vida toda’ do INSS; data ainda será marcada

**No início do mês, o ministro Alexandre de Moraes pediu destaque, e o julgamento, que estava no plenário virtual, foi suspenso**

BRASÍLIA | Gabriela Coelho, do R7, em Brasília



Sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília  
FELLIPE SAMPAIO/SCO/STF - 22/2/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) liberou para julgamento o recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a chamada “revisão da vida toda” das contribuições à Previdência Social.

Ainda não há data para a análise, que deve ficar para o ano que vem, uma vez que a Corte entra de recesso em 19 de dezembro.

A “revisão da vida toda” permite aos segurados escolher a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria. Antes, só eram consideradas as contribuições a partir de julho de 1994, início do Plano Real, o que prejudicava os beneficiários que tiveram salários mais altos

antes desse período. Com a medida, toda a vida contributiva pode ser considerada no cálculo da aposentadoria e de outros benefícios do INSS, com exceção do auxílio-maternidade. A regra só vale para quem se aposentou nos últimos dez anos, desde que tenha dado entrada no pedido de aposentadoria antes da reforma da Previdência de 2019.

No início do mês, o ministro Alexandre de Moraes pediu destaque e suspendeu o julgamento, que estava no plenário virtual. Quando ocorre pedido de destaque, a decisão é levada ao plenário físico da Corte e recomeça.

Entre as teses apresentadas pelos ministros,

a que teve mais votos foi a de Cristiano Zanin, que votou por haver um novo julgamento. O voto de Zanin foi acompanhado por Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli.

A agora ministra aposentada Rosa Weber tinha votado para fixar que o efeito da decisão teria como marco o dia 17 dezembro de 2019, quando o STJ confirmou o direito à correção aos aposentados. Ela foi seguida por Edson Fachin e Cármen Lúcia.

O relator, Alexandre de Moraes, defendeu no voto dele a ideia de que haja a permissão aos aposentados de escolher a regra de aposentadoria que lhes seja mais favorável.

Em dezembro de 2022, o STF se decidiu pela aplicação da regra mais vantajosa à revisão do

recebimento de segurados que tivessem pedido a aposentadoria antes da lei que criou o fator previdenciário e alterou a forma de apuração dos salários de contribuição para efeitos do cálculo de benefício.

Contra a decisão, o INSS apresentou um recurso (embargo de declaração) em maio deste ano. O instituto argumenta que somente a partir do julgamento do embargo de declaração será possível definir o número de benefícios a ser analisados, estimar o impacto financeiro e mensurar as condições estruturais necessárias ao cumprimento da decisão, bem como apresentar um cronograma de implementação.

Fonte: r7

## NOTA À IMPRENSA

# PF e Zetta assinam acordo para combater fraudes bancárias digitais

**Um dos principais pontos é a adesão e integração das instituições de Pagamentos na Plataforma Tentáculos, que permitirá o intercâmbio de informações com a Polícia Federal**



Brasília/DF. A Polícia Federal e a Zetta, associação das empresas de serviços financeiros digitais, firmaram nesta quarta-

feira (13/12) um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para unir esforços no combate a fraudes e outros crimes financeiros no ambiente digital.

A assinatura ocorreu na sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, pelo Diretor Executivo da Polícia Federal, Gustavo Paulo Leite de Souza, e pelo Presidente da Zetta, Eduardo Lopes.

O objetivo é avançar na colaboração relacionada a projetos e ações de enfrentamento a golpes e fraudes, no ambiente cibernético, envolvendo contas mantidas por instituições financeiras e de pagamento associadas à Zetta, além da participação da entidade na rede nacional de investigação desses crimes. Representantes do Nubank, Mercado Pago, PicPay e Cora estiveram na cerimônia de assinatura e sinalizaram a intenção em aderir individualmente ao acordo. A Zetta tem hoje mais de 30 associadas. Além das já citadas, também fazem parte da associação Bankly, Bees Bank, Cora, Dock, FitBank, Neon e Banco VR, entre outras, algumas das principais empresas entrantes no setor financeiro na última década.

Os principais pontos do ACT são o apoio, adesão e integração das instituições na Plataforma Tentáculos, hospedada na infraestrutura da Polícia Federal, que permitirá a troca de informações com as polícias civis dos Estados para que, com base nas informações encaminhadas pelas instituições financeiras e de pagamento, possam ser feitas investigações no âmbito de seus Estados.

O objetivo é a cooperação para a promoção de projetos e ações de interesse comum no combate às fraudes bancárias eletrônicas ou digitais, em contas de depósito, poupança e contas de pagamento mantidas por instituições financeiras associadas à Zetta e a criação de uma rede nacional de investigação e combate a fraudes.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

O modelo investigativo utilizado pela Polícia Federal na Plataforma Tentáculos centraliza todas as notícias-crime de fraudes em um repositório único de dados, que passou a ser ao longo dos anos uma referência interna e externa de cooperação público/privada no combate às fraudes bancárias eletrônicas.

Com a entrada da Zetta no Projeto, passarão a ser compartilhados dados por entidades de serviços financeiros com forte atuação digital, conhecidas como fintechs, o que aumentará de maneira considerável as informações à disposição da PF e contribuirá com as atividades investigativas.

“O acordo com a Polícia Federal é mais um passo importante da Zetta para garantir um ambiente econômico competitivo e seguro para o consumidor brasileiro, cada vez mais incluído no sistema financeiro digital. A Zetta e suas associadas seguirão investindo intensamente no combate a fraudes e golpes por meio de tecnologia, educação e ampla colaboração com o poder público”, afirmou Eduardo Lopes, presidente da associação.

### **Sobre a Zetta**

A Zetta é uma associação sem fins lucrativos, fundada por empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros digitais. A Zetta tem hoje mais 30 associadas que trabalham com o objetivo de garantir um ambiente econômico competitivo que resulte em maior inclusão financeira, inovação e satisfação dos consumidores nacionais de serviços financeiros e de pagamentos.

**Coordenação-Geral de Comunicação Social**

**[imprensa@pf.gov.br](mailto:imprensa@pf.gov.br)**

**(61) 2024-8142**

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF